



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

Segundo as regras da Receita Federal, está **ISENTO** de entregar a declaração IRPF o contribuinte que:

- Quem foi declarado como dependente em declaração apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos caso os possua;
- Recebeu, em 2018, rendimentos tributáveis que somaram **MENOS** de R\$ 28.559,70 anual, ou seja, entorno de R\$2.379,97. Esses rendimentos poderão estar relacionados ao trabalho assalariado, trabalho não assalariado, a proventos de aposentadoria, pensões, aos benefícios que se encaixam nessa categoria, a aluguéis e atividade rural.
- Possuía, em 31 de dezembro de 2018, imóveis, veículos e outros bens **ABAIXO** do valor de R\$ 300 mil.
- **NÃO OBTEVE** ganho de capital na venda de imóveis, veículos e outros bens sujeitos ao Imposto Renda.
- Teve receita bruta de atividade rural **INFERIOR** a R\$ 142.798,50
- Teve a posse ou a propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua (terreno que não tem equipamento ou estrutura para receber atividade rural), quando os bens comuns forem declarados pelo cônjuge, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R\$ 300.000,00, em 31 de dezembro de 2018.
- Recebeu abaixo de R\$ 40 mil em rendimentos isentos (como juros de poupança ou FGTS), não

Estudante:

() Eu declaro que não possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade de Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – DIRPF, neste exercício. Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam na exclusão do processo de seleção para concessão de Auxílios Estudantis da UFCSPA.

Familiar:

Eu, _____
declaro que não possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade de Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – DIRPF, neste exercício. Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam na exclusão do processo de seleção para concessão de Auxílios Estudantis da UFCSPA.

Assinatura do (a) declarante: _____

Familiar:

Eu, _____
declaro que não possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade de Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – DIRPF, neste exercício. Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam na exclusão do processo de seleção para concessão de Auxílios Estudantis da UFCSPA.

Assinatura do (a) declarante: _____

Familiar:

Eu, _____
declaro que não possuo bens e valores que justifiquem a obrigatoriedade de Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – DIRPF, neste exercício. Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam na exclusão do processo de seleção para concessão de Auxílios Estudantis da UFCSPA.

Assinatura do (a) declarante: _____

Obs: enviar cópia RG e CPF de TODOS os declarantes. Caso sua família tenha mais integrantes, orienta-se enviar cópias a mais desta declaração.

A omissão de informações e a falsa declaração são passíveis de punição assim como fraudes ou falsificação de documentos que visem burlar o processo, serão motivos de desclassificação e exclusão do Programa Auxílio Estudantil, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

§ Falsidade Ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.